



Turismo - Visão e Ação

ISSN: 1415-6393

luiz.flores@univali.br

Universidade do Vale do Itajaí

Brasil

Gomes da Silva, Cleber
TURISMO CULTURAL NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DO POTENCIAL DA VÁRZEA, EM
ABAETETUBA (PA)
Turismo - Visão e Ação, vol. 16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2014, pp. 482-508
Universidade do Vale do Itajaí
Camboriú, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056068003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TURISMO CULTURAL NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DO POTENCIAL DA VÁRZEA, EM ABAETETUBA (PA)

*CULTURAL TOURISM IN THE AMAZON: ANALYSIS OF THE POTENTIAL OF VÁRZEA,
IN ABAETETUBA (PA)*

*TURISMO CULTURAL EN LA AMAZONIA: ANÁLISIS DE LA POTENCIALIDAD DE LA
VEGA EN ABAETETUBA (PA)*

Cleber Gomes da Silva

Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local
Sustentável na Amazônia -UFPA

Especialista em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente-UFPA

Especialista em Gestão Governamental – CESUPA

Bacharel em Turismo-UFPA

gestor.gov@hotmail.com

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar uma análise do potencial turístico do patrimônio cultural das regiões de várzea na Amazônia, com base no estudo realizado em Abaetetuba, PA. Os resultados apresentados neste estudo fundamentam-se na confrontação entre as concepções públicas e privadas sobre o turismo, frente aos elementos básicos da atividade, realmente disponíveis no cotidiano das populações de várzea da região. Trata-se de estudo de caso que permite relacionar a imbricação entre natureza e cultura na região. As pesquisas de campo, com utilização de técnicas de hierarquização e avaliação, consolidaram as informações documentais coletadas sobre os principais atrativos do município, permitindo a elaboração de uma proposta-base para roteirização turística e gestão comunitária.

Submetido em:

26/11/2012

Aprovado em:

17/09/2014

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio cultural. Várzea.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the tourism potential of the cultural heritage of the lowland regions of the Amazon, based on a study conducted in Abaetetuba, PA. The results presented in this study are based on a comparison of the public and private concepts of tourism in regard to the basic elements of the activity that are currently available in the daily life of the populations of the lowland region. This is a case study that investigates the area of overlap between nature and culture in the region. The field research, using techniques of ranking and assessment, consolidate the documentary information gathered on the main attractions of the city, resulting in the preparation of a proposal-based roadmap for tourism and community management.

Keywords: Tourism. Cultural heritage. Lowland.

RESUMEN: Este artículo tiene el objetivo de presentar un análisis de la potencialidad turística del patrimonio cultural de las regiones de vega en la Amazonia con

base en el estudio realizado en Abaetetuba, PA. Los resultados presentados en este estudio se fundamentan en la confrontación entre las concepciones públicas y privadas sobre el turismo, frente a los elementos básicos de la actividad realmente disponibles en la vida cotidiana de las poblaciones de vega de la región. Se trata de un estudio de caso que permite relacionar la imbricación entre naturaleza y cultura en la región. Las investigaciones de campo, con utilización de técnicas de jerarquización y evaluación, consolidaron las informaciones documentales recolectadas sobre los principales atractivos do município, permitiendo la elaboración de una propuesta base para itinerario turístico y gestión comunitaria.

Palabras clave: Turismo. Patrimonio cultural. Vega.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar uma análise do potencial de turismo cultural adequado à realidade da várzea na Amazônia, com base no estudo realizado em Abaetetuba, PA. O trabalho está fundamentado em uma pesquisa de campo que pode ser dividida em dois principais momentos: uma visita realizada no período de 04 a 07 de novembro 2011, no âmbito do Programa de Arqueologia Preventiva da Companhia de Alumina do Pará; e o segundo momento no período de 10 a 12 de fevereiro de 2012, em uma atividade realizada no programa de pós-graduação em gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local (PPGEDAM), possibilitando a conclusão da etapa de campo.

Um dos pressupostos considerados neste trabalho é de que os atrativos surgem da própria comunidade ao apresentar seus recortes e delimitações, por meio da manifestação de suas referências culturais. Para tanto, algumas informações foram disponibilizadas pelos órgãos municipais de turismo, por meio do estudo de inventários turísticos municipais. O acesso às informações presentes nesse documento foi um fator diferencial para a realização das pesquisas.

Para atingir os objetivos da abordagem proposta, inicialmente serão apresentados os aspectos conceituais referentes a turismo e patrimônio cultural. Em seguida é discutida a relação entre o homem e a água na formação de referências culturais. Por fim, analisa-se o potencial turístico presente nos recursos naturais e culturais da várzea de Abaetetuba, finalizando com uma proposta do modelo de gestão participativa e roteirização turística, enfatizando a relevância cultural dos atrativos identificados.

Os resultados apresentados neste artigo observaram a problemática conceitual acerca da atividade turística e aplicabilidade de experiências exógenas ao contexto amazônico. Por outro lado, não pressupõe a exclusão de sua importância econômica ou negação do modelo de relações comerciais vigentes no mundo globalizado. Em suma, analisar aspectos do desenvolvimento turístico significa abordar de forma incisiva as questões de mercado.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi realizado um levantamento de atrativos do município de Abaetetuba (PA), entre os elementos identificados pela comunidade e reconhecidos institucionalmente pela gestão pública local. De maneira complementar, foram produzidas descrições e entrevistas não estruturadas, prospecção em pontos que representam as referências culturais de seus moradores, coletadas com base em relatórios de oficinas de educação patrimonial ocorridas no município.

Nas atividades de educação patrimonial foram discutidos conceitos e listados os bens culturais, ou seja, aqueles elementos indicados pela sociedade local como referências da memória e da identidade cultural (BRASIL, 2008). Após essa etapa, foram selecionados elementos considerados atrativos, a partir de inventários turísticos realizados pelo próprio município. Desses atrativos, destacaram-se aqueles que de alguma forma apresentam acessibilidade e determinada infraestrutura de apoio. Após essa delimitação, iniciou-se a hierarquização e a avaliação por meio do uso de uma grade de análise composta por critérios predefinidos (Quadro 1).

Quadro 1: Critérios de avaliação de atratividade

NOME DO ATRATIVO:				
Critérios	0 (nenhum)	1 (baixo)	2 (médio)	3 (alto)
Capacidade de atração	Atrativo que forma parte do patrimônio turístico local ou apenas utilizado para visitação local, lazer e recrea�o dos moradores	Atrativo interessante que, em conjunto com outros atrativos, motivam visitantes ou que tenham chegado � área por outros motivos	Atrativo com alguns aspectos excepcionais motivam importantes correntes nacionais e internacionais em conjunto com outros atrativos	Atrativo excepcional motiva individualmente importantes correntes nacionais e internacionais
Fluxo atual	Fluxo insignificante	Pequeno fluxo	Fluxo muito sazonal	Grande fluxo e pouco sazonal
Singularidade	Nenhuma	Bastante comum em toda região (polo turístico ou Estado)	Bastante comum somente no local	Raro
Apoio e uso local	Comunidade indiferente, nem conhece	Comunidade utiliza, mas não se apoia visita�o	Comunidade não utiliza e apoia visita�o	Comunidade utiliza e apoia a visita�o
Fragilidade	Não se encontra em condições de uso	Pode ser utilizada, mas causa muitos impactos socioambientais negativos	Pode ser utilizada e causa alguns impactos mitigáveis	Pode ser utilizada sem problemas para o uso
Estado de conserva�o	Totalmente deteriorado (tangíveis) ou totalmente modificado, descaracterizado (intangíveis)	Deteriorado, mas pode ser recuperado (tangíveis)/ modificado ou descaracterizado, mas pode ser resgatado (intangíveis)	Regular conserva�o (tangíveis)/mant�m poucos aspectos característicos ou tradicionais (intangíveis)	Muito conservado ou quase intacto (tangíveis)/ mant�m sua manifesta�o com muitas características tradicionais

Infraestrutura turística (sinalização, informação, meios de acesso, equipamentos especiais)	Inexistente	Existe precariamente, necessita de muitas melhorias	Existe, necessita de poucas melhorias	Existe em ótimas condições, atendendo às necessidades de visitantes e comunidade local
Acesso	Inacessível	Acessível, mas necessita de muitas melhorias	Acessível, mas necessita de poucas melhorias	Bem acessível

Fonte: Adaptado do Ministério do Turismo (2007).

Os atrativos que demonstraram maior potencial e melhores equipamentos para recepção de turistas foram priorizados na estruturação do roteiro apresentado neste trabalho. A metodologia de hierarquização e avaliação utilizada foi uma adaptação da apontada no caderno de roteirização do MTUR (2007), desenvolvida a partir da metodologia da Organização Mundial de Turismo (OMT) e do centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR). Dessa forma, os resultados alcançados possibilitaram, além da identificação de bens culturais do município, a seleção de atrativos e a definição de ações futuras de formatação e consolidação de produtos turísticos, segmentados, especialmente para o turismo cultural.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

As origens do que atualmente é denominado de turismo antecedem as mudanças culturais relacionadas ao surgimento das primeiras cidades, da divisão de trabalho; do desenvolvimento do comércio e do artesanato; e da organização política. Essas transformações reforçaram a inquietação humana diante de sua necessidade de expansão e imprimiram novos significados da prática dos deslocamentos humanos. Para alguns teóricos, o marco do turismo está na modernidade, principalmente no período entre a invenção da máquina

a vapor, no século XIX, até o fim da segunda guerra mundial, no início do Século XX (BALANZÁ; NADAL, 2003).

As facilidades, como o transporte, a alimentação e até mesmo a hospedagem, são mais antigas que o período industrial. Esses serviços viabilizavam os constantes deslocamentos comuns na história da humanidade e essenciais à própria construção das sociedades. Além disso, a passagem do nomadismo para o sedentarismo permitiu classificar as atividades turísticas como meio para um tipo especial de viagem, um fluxo específico de pessoas: o turismo.

Segundo Krippendorf (1989), o turismo está relacionado ao crescimento pessoal e à simples oportunidade de bem-estar, abrangendo várias dimensões, sendo elas econômicas, sociais, políticas, culturais e psicológicas. Desse modo, entende-se que não pode ser reduzido ao papel de produto de determinada atividade econômica, mas que diversas atividades econômicas são movimentadas por ele. É uma ferramenta de interpretação do mundo. Trata-se de um “movimento de pessoas” (BARRETO, 1991), que produz uma interdependência entre visitantes e visitados. Conforme Dias (2006, p.1), é um processo de interações contínuas entre comunidades diferentes que ocupam espaços distintos e socialmente construídos. Dessa maneira, também é objeto de uma perspectiva cultural.

Na argumentação estatal, prevalece a concepção de que o turismo é importante para a geração de emprego e renda. Além disso, o mercado defende a existência de um produto genuinamente elaborado para atender demandas específicas, denominado de “produto turístico”. Apesar das concepções que fundamentam os discursos públicos e privados apresentarem uma visão delimitada por noções puramente mercadológicas, as relações que se conformam no seu entorno não podem ser reduzidas ao aspecto capital e ao trabalho. Sobre esse aspecto é possível perceber que, de fato, o objeto da prática turística é um tipo de relação humana “pendular”, definida por situações singulares no tempo e no espaço, no qual se desenvolvem diversos fenômenos sociais, políticos e culturais, nos quais se encontram os de caráter econômico.

Sob o prisma das políticas públicas, qualquer análise sobre o turismo e o patrimônio cultural requer, no mínimo, a aproximação de duas agendas que

correm paralelamente e que, excepcionalmente, convergem para as mesmas estratégias: a política nacional de turismo e a política cultural e patrimonial.

No que confere às ações de governo sobre o turismo, desde 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTUR), o lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT) e a entrada em vigor da Lei nº 11.771/2008¹ vêm se consolidando uma estratégia de roteirização e segmentação, com vistas a racionalizar investimentos em ações de *marketing* e qualificação de produtos turísticos. A segmentação é atualmente pensada como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado, podendo ser definido a partir dos elementos que identificam a oferta ou de características da demanda, entre os quais se destaca o turismo cultural.

Por isso, para efeito deste trabalho, é fundamental a noção de que o “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” (BRASIL, p 10, 2006). Nessa definição, percebem-se duas noções essenciais: a de que os elementos que caracterizam esse segmento do turismo são formados pelo conjunto de elementos do patrimônio cultural e a de que o turismo é uma forma de sua valorização.

Em que se refere à primeira noção, a definição predominante de Patrimônio Cultural está diretamente relacionada ao papel das instituições públicas. No aspecto legal, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, estabelece que “Patrimônio Cultural como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes povos formadores da sociedade brasileira”. (BRASIL, 1988). Destaca-se que o termo “bem” denomina qualquer coisa que tenha um valor determinado de forma econômica. Isso quer dizer que um bem cultural não seria diferente de qualquer outro bem.

Sobre a noção de valorização, Choay (2006) destaca que essa ideia de valorizar é uma característica da “era da indústria cultural”. Para o mercado, esses bens culturais representam uma espécie de ativo capaz de produzir inúmeras

1 Conhecida como **Lei Geral do Turismo**, consolida a **Política Nacional de Turismo**.

oportunidades de capitalização por meio de atividades e empreendimentos especializados. Pode-se recorrer a Appadurai (2008), cujo trabalho demonstra que o conceito neoclássico de *bens* possui valor de uso determinado de forma econômica e substituiu a ideia de *mercadoria*². Dias (2006) afirma que a palavra patrimônio tem origem latina, *patrimonium*, e surgiu no âmbito do direito privado e da propriedade, associada aos bens de família ou posse. Ainda conforme Dias (2006), os bens naturais ou culturais, materiais ou imateriais são aqueles que passam por um processo de tombamento, para que possam ser protegidos e preservados, formando o Patrimônio Cultural.

Além disso, quando se fala de patrimônio, Funari e Pelegrini (2006) argumentam que se trata de duas ideias diferentes: a de que os bens são aquilo que se transmite aos herdeiros de maior ou menor valor e outra ligada à significância espiritual, representando ensinamentos e lições de vida. Entre esses bens alguns podem ser imateriais ou materiais. Os imateriais estão ligados ao conhecimento e à espiritualidade, enquanto que os bens materiais possuem tangibilidade. Desse modo, os bens culturais podem ser valorizados economicamente, entre outros critérios, conforme sua localização e sua relevância histórica.

Considerando isso, pode-se concluir com essas concepções que o desenvolvimento do turismo cultural apresenta-se no discurso institucional como um processo capaz de promover a valorização do patrimônio cultural. Esse segmento do turismo pode ser identificado com terminologias diversas, tais como o turismo cívico, religioso, místico ou esotérico, étnico, cinematográfico, arqueológico, gastronômico, enoturismo e turismo ferroviário (BRASIL, 2010). Por contemplar tipos de atividades cujo interesse e serviços turísticos³ estejam voltados para os elementos da cultura patrimonializados ou musealizados, exige investimentos tanto no âmbito turístico quanto cultural, o que convém esforços maiores para aproximação entre distintas políticas públicas.

2 Segundo Marx (1987) a mercadoria é um objeto exterior, uma coisa, que, por meio das suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie.

3 Termo presente no Art. 21, da Lei 11.771 é aplicado a um conjunto de empreendimentos que desenvolvem atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo.

O HOMEM E AS ÁGUAS NA FORMAÇÃO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

O homem e as águas é uma relação que permeia processos culturais importantes no município de Abaetetuba. O rio é uma referência cultural presente no cotidiano do lugar, demonstrando certa permanência que contorna as transformações ocorridas na rede urbana amazônica desde o início da colonização portuguesa na Amazônia (Figura 1). Segundo Corrêa (2006), a periodização da rede urbana amazônica inicia com um período de implantação da cidade de Belém e início da conquista do território; expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias na metade do século VIII, com as transformações decorrentes de mudanças na esfera produtiva envolvendo a ocupação espontânea ou dirigida da região; a abertura rodoviária; a implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração, hidrelétricos e ligados à industrialização. Essas transformações promoveram o aparecimento de novos modelos e novas funções urbanas, produzindo alterações no tipo de sítio, paisagem urbana, com a localização no “centro”, em áreas de terra – firme, em detrimento da “beira”, em várzea, junto a um rio navegável.

Figura 1: Frente da cidade vista de um dos trapiches de Abaetetuba



Foto: Cleber Gomes (2012).

“Várzea, atualmente, é a denominação usual para designar as grandes faixas marginais aos rios. (...) Essas enormes faixas de terra (...) outrora foram chamadas de igapó, que significa lugar inundado em nheengatu ou tupi amazoniano.” (CANTO, 2007, p.29). A faixa de várzea do município concentra-se predominantemente na região das ilhas, sendo voltada para uma lógica fluvial, a qual permite a integração com a sede de Abaetetuba, principalmente pela navegação em barcos regionais, confeccionados com técnicas de carpintaria naval (Figura 2).

Figura 2: Barcos regionais em um dos trapiches do município



Foto: Cleber Gomes (2012).

A integração entre o rio e a terra firme é observável no padrão de construções na beira do rio, cuja frente das edificações fica de frente para o rio e muitos estabelecimentos comerciais e residências possuem seus trapiches. A relação entre homens e águas, embora não se possa perceber, interfere decisivamente na vida da terra e, nesse contexto, as águas como um complexo vivo e como fonte de alimento, extração de recursos minerais, meio de transporte e trabalho (MORAES, 2007), sendo a própria estrutura das famílias numerosas, para que possam tirar o sustento por meio da pesca e outras atividades. Nas residências da várzea à frente da casa é o rio (Figura 3), onde estão atracadas as pequenas

embarcações, utilizadas ora simplesmente para o transporte, ora para as atividades de pesca.

Figura 3: Trapiche de uma residência na área de várzea

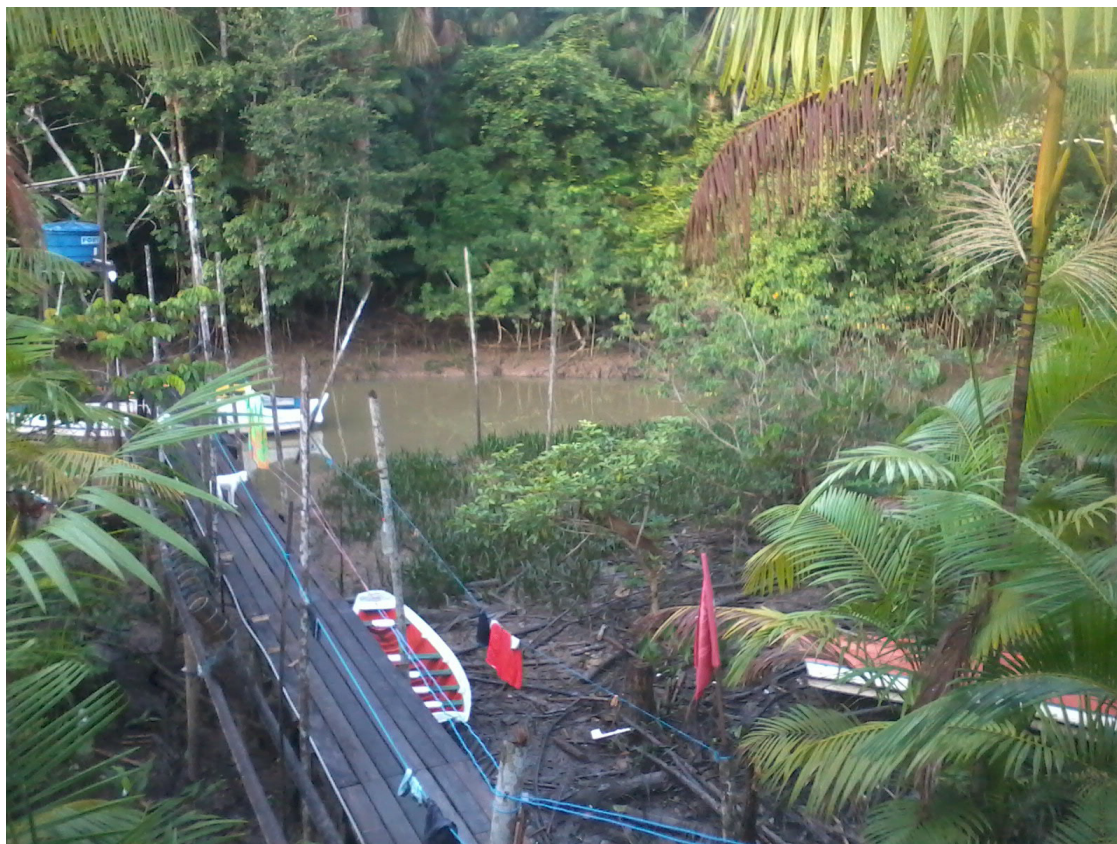


Foto: Cleber Gomes (2012).

No entanto, apesar desse domínio paisagístico das águas, essa relação produz uma série de produtos culturais, expressos no artesanato de miriti e outras palmeiras, bem como nas celebrações e nas formas de expressão, por exemplo. Nos espaços de convivência como as salas e barracões, é comum encontrar elementos de referência das atividades típicas da área de várzea, entre os quais se podem identificar equipamentos e materiais como redes, malhadeiras, motores de barco, rasas (cestos) para transporte de açaí, espinhéis e matapis (Figura 4).

Figura 4: Matapi destinado à captura de camarões, confeccionado da palmeira Jupati (*Raphia taedigera*)



Foto: Cleber Gomes (2012).

Entretanto, a riqueza cultural da várzea não se resume à materialidade dos instrumentos, das técnicas e dos saberes do modo de produzir na região. Outros fatores espirituais e simbólicos também são perceptíveis, tais como a religiosidade ribeirinha que se manifesta em pequenos santuários, deslocando-se dos templos oficiais para salas de residências e até barracões de festas. A devoção é materializada na realização de festas em homenagem a santos, por devoção herdada dos pais e manifestada em procissões fluviais e outras formas de expressão. Em algumas residências podem ser encontradas imagens muito antigas em madeira, típicas da herança jesuítica (Figura 5).

Figura 5: Imagens de Madeira de São Miguel e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no barracão da ilha de Tabatinga, de propriedade do senhor Raimundo Nonato da Silva



Foto: Cleber Gomes (2012).

De modo geral, os aspectos paisagísticos expressam o papel das águas e da várzea (Figura 6) como um dos fatores que imprime e condiciona a problemática social, tais como transporte, moradia, saneamento, educação, saúde e até espaços de lazer. Ou seja, o conjunto dessas atividades sofrem limitações diretamente impostas pelo ritmo da natureza, essencialmente das águas. Logo, os processos econômicos devem ser precedidos de estudos constantes para adequação a essas características, em detrimento de modelos tradicionais de gerenciamento e administração.

Figura 6: O rio como elemento central na paisagem da várzea



Foto: Cleber Gomes, 2012

Nesse sentido, o transporte é baseado principalmente no aproveitamento do rio como via de acesso aos furos e às ilhas da região, o que possibilita a concentração de interações sociais no espaço do porto ou do trapiche. Essa modalidade sempre depende do movimento das marés, impondo uma agenda de horários flexíveis e um calendário do cotidiano altamente sazonal. Essa condição interfere não somente nas atividades produtivas, como no acesso aos serviços públicos em geral, como saúde e educação, por exemplo.

No que tange às condições gerais de moradia na área de várzea, segundo o trabalho de Canto (2007), a maioria das casas são construídas entre 150 a 30m de distância da margem do rio, construídas sobre estacas, com assoalhos elevados, entre 1 a 2m do chão, para que não sofram inundação no período das cheias, sendo construídas em madeira e telha, madeira e palha ou totalmente de palha. No salão e nos quartos são acomodados os objetos de maior valor. Na cozinha se encontra a mesa, em torno da qual as pessoas se reúnem na maior parte do tempo.

Uma das grandes contradições dessa região é o fato de estar cercada de água, mas apresentar um difícil acesso à água tratada. Além desse, são facilmente identificáveis vários problemas relacionados ao esgotamento e à

coleta de resíduos. O que resulta na necessidade de ampliação de experiências e inovação tecnológica no atendimento dessas necessidades.

POTENCIAL TURÍSTICO-CULTURAL DE ABAETETUBA

O turismo, apesar de estar submetido a processos concentradores e excludentes, característicos da dinâmica do capital, "(...) está intimamente ligado às questões do desenvolvimento sustentável (...)" (HALL, 2004, p. 17). Beni (2001) sustenta um conceito de turismo sustentável apoiado na garantia de componentes diferenciais turísticos e no processo racional de exploração dos recursos naturais, histórico-culturais e temático-artificiais. Nessa concepção, está associado à preservação do meio ambiente com o comportamento das pessoas e dos sistemas econômicos (CARVALHO & VASCONCELLOS, 2006).

Não obstante a isso, as propostas de desenvolvimento turístico estão alicerçadas na combinação de recursos essenciais. Para Barreto (2001), os recursos turísticos naturais são permanentes, mas requerem conservação e preservação sob a ameaça de se esgotarem, muitas vezes está em lugares de difícil acesso, o que torna sua exploração difícil e dispendiosa. Os recursos culturais são históricos e criados pelo homem com outra finalidade que não a turística e também necessita de conservação e preservação, que se modificados perdem seu valor.

No entanto, o desenvolvimento turístico não é possível sem a existência de serviços e infraestrutura capazes de viabilizar o turismo. Segundo Balanzá e Nadal (2003), as empresas turísticas, por sua vez, oferecem os serviços básicos da atividade turística, tais como transporte, hospedagem e agenciamento. Além dos serviços, o desenvolvimento turístico requer a existência de infraestrutura facilitadora para esses empreendimentos, entre os quais estão estradas, portos, aeroportos, serviços de saneamento básico, segurança e comunicação; bem como serviços complementares, entre os quais podem ser restaurantes, cafeterias, teatros, cinemas, associações de guias de turismo, parques, etc.

Desse modo, os recursos turísticos do município foram analisados com base nas informações coletadas na pesquisa; assim, procurou-se traçar um itinerário de

visitação para avaliação de fluxo atual de turistas, serviços, infraestrutura, atratividade e interesse local, proporcionando a elaboração das propostas de roteiros de turismo cultural. *Sob uma perspectiva de nichos mercadológicos, a atividade turística no município concentra-se nos segmentos de negócios e de sol e praia.*

Os fluxos turísticos atuais para o município são provenientes, em grande maioria, de municípios próximos e de Belém. O mercado nacional atingindo é inexpressivo, sendo que a principal forma de organização da viagem é espontânea (sem agências) e com utilização de veículos próprios. Sobressaem-se, ainda, carências de marketing com foco na qualidade dos produtos e dos serviços e no alcance de novos mercados nacionais. Dessa maneira, é fundamental que se desenvolva uma forma de atuar em rede e cooperação, unificando políticas de infraestrutura, sanitária, ambiental, educacional e cultural. É essencial o resgate do patrimônio cultural material e imaterial do município, de forma a agregar valor à vivência turística, bem como ações de defesa dos recursos naturais.

Na questão da fragilidade dos recursos naturais e culturais, o risco mais proeminente e visivelmente detectado é o fato de alguns monumentos históricos estarem necessitando de restauro ou recuperações, o que, conseqüentemente, indica, no caso das edificações, certa deterioração desse patrimônio. O acesso, em muitos casos, é realizado por via asfaltada, entretanto, percebe-se uma enorme carência na melhoria da capa asfáltica e na sinalização viária e turística nos dois municípios.

Em Abaetetuba, o tipo de problema relacionado às praias concentra-se mais na ocupação irregular de áreas de proteção permanente, muito próximas à área litorânea da Vila de Beja. O turismo naquele município é muito dependente do movimento e do destino à praia de Beja (Figura 7) e aos pequenos balneários.

Figura 7: Praia de Beja



Foto: Cleber Gomes (2011).

É uma cidade que apresenta uma economia muito voltada para o comércio. Apesar de possuir uma estrutura básica para atendimento de visitantes, ainda carece de muitos investimentos públicos e privados no sentido de organizar e formatar produtos turísticos diversificados.

Convém ressaltar que em Abaetetuba não foram possíveis levantar dados mais consubstanciados sobre o perfil da demanda, contudo, é perceptível, pela própria disposição dos empreendimentos, uma concentração em serviços de alimentos e bebidas próximos à praia de Beja, além da ocorrência de várias estruturas em igarapés, chamadas de balneários, o que permite presumir que a demanda do município se concentra também no segmento de sol e praia, concentrada em determinadas épocas do ano e de caráter excursionista, ou seja, a média de permanência não deve ultrapassar 2,5 dias.

Sendo assim, o incremento de políticas públicas que visem à valorização do patrimônio cultural e histórico identificado pode vir a contribuir para o desenvolvimento de atividades de fins turísticos e culturais, capazes de melhorar a qualidade de vida da população. Nesse sentido, aumentará o fluxo de demanda turística por apresentar uma riqueza de manifestações, usos tradicionais populares e eventos.

Segundo o MTUR, os atrativos turísticos são locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas. No caso de Abaetetuba, realizou-se a avaliação enquadrando os bens culturais na condição de atrativos turísticos (Quadro 2). Entretanto, pode-se afirmar que no município esses atrativos turísticos são diversificados e concentrados em duas regiões: a região de estradas, na qual se destaca a Vila de Beja, com sua praia e igreja jesuítica; e as comunidades da região de Ilhas, onde se localizam os engenhos de aguardente e de mel de cana.

O diferencial do aspecto cultural do município está na produção de brinquedos de miriti, promovida por grupos de artesãos organizados em associações e cooperativas, cuja produção é conhecida mundialmente e dele se desenvolve toda uma cadeia produtiva e a realização de eventos. Na Vila de Beja há uma igreja jesuítica (Figura 8) e na região das Ilhas o Engenho Pacheco, tombado em 2009 pelo Estado do Pará como Patrimônio Cultural.

Figura 8: Igreja de São Miguel de Beja



Foto: Cleber Gomes (2011).

Na região de ilhas há um enorme potencial para a realização de atividades embarcadas e até de vivência da produção de cachaça e de mel (Figura 9).

Figura 9: Moenda e Tacho de mel de cana produzido em uma das ilhas



Foto: Cleber Gomes (2011).

Nota-se na hierarquização dos atrativos que os elementos relacionados ao miriti, como o artesanato e o Miritifest, apresentam maior potencial turístico, além do círio de Nossa Senhora da Conceição e da Igreja de São Miguel de Beja, de maneira geral, muito influenciada pela média atribuída à infraestrutura e ao acesso disponíveis (Quadro 2).

Quadro 2: Avaliação de Potencial Turístico de Bens Culturais

Item	Atrativos	Capacidade de atração (x2)	Fluxo atual	Singularidade	Apoio e uso local	Fragilidade	Estado de Conservação	Infraestrutura turística (x2)	Acesso (x2)	Total
	Poço da Moça	1	0	3	3	2	3	0	1	15
	Praia de Beja	1	2	1	3	2	1	1	2	17
	Praia de Guajará de Beja	1	1	1	3	2	2	1	1	15
	Igreja de São Miguel (séc. XVII)	2	1	2	3	2	1	3	3	25
	Ilha da Paçoca	0	0	1	2	2	3	0	1	10

	Ilha do Capim	0	0	1	2	2	3	0	1	10
	Igarapé do Ipixuna	0	0	1	2	2	2	1	1	11
	Murutinga	0	0	1	2	2	2	1	1	11
	Artesanato de Miriti	2	2	2	3	3	3	3	2	27
	Engenhos de Produção de Mel de Cana e Aguardente	2	0	3	2	2	3	1	1	18
	Carpintaria Naval	1	0	2	0	2	3	0	1	11
	Círio de Nossa Senhora da Conceição	1	2	1	3	2	3	2	2	21
	Miritifest	1	2	2	3	2	3	2	2	22
	Danças	1	0	1	3	3	2	2	2	19
	Comunidade Quilombola	0	0	1	0	2	3	0	1	8
	Cruzeiro	0	1	1	3	3	1	1	3	17
	Balneários	1	1	1	3	2	2	2	2	19
	Praças	1	1	1	3	3	1	1	2	17

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

A relação com o rio é uma constante que pode ser convertida como diferencial de imagem do destino, mediante a implantação de equipamentos atrativos e adequados à visitação. Os serviços de apoio ao turismo estão concentrados na sede ou próximos à Vila de Beja. A demanda por esses recursos turísticos é de excursionistas ou veranistas interessados nos balneários, nos clubes e nos complexos de lazer.

De outra maneira, a inserção das comunidades de várzea depende da estruturação e da qualificação de meios de transporte fluvial na perspectiva de que o próprio deslocamento contribui para a atratividade, principalmente no que se refere à adequação de trapiches, desenvolvidos com base nas próprias soluções locais (Figura 10).

Figura 10: Trapiche flutuante do restaurante Panacaricá



Foto: Cleber Gomes (2012).

PROPOSTA DE ROTEIRIZAÇÃO EM TURISMO CULTURAL

A partir dos diversos aspectos analisados é possível apresentar propostas de roteirização preliminar que contemplem alguns elementos básicos, permitindo melhorar a tarefa de delimitação para planejamento, investimentos necessários e ações de *marketing*. Dessa maneira, sugere-se que sejam sistematizadas de maneira objetiva as informações básicas do plano de roteiro referentes aos atrativos principais, aos atrativos complementares, à duração prevista, ao tamanho máximo do grupo, às datas da operação, aos serviços e aos materiais inclusos (Quadro 3):

Quadro 3: Resumo de proposta de roteiro para Abaetetuba

Atrativos principais sugeridos	Igreja do Século XVII, Ilhas e Engenhos
Atrativos complementares sugeridos	Praias de Beja, Poço da Moça, Balneários e Restaurante Panacaricá
Duração prevista sugerida	11h/diárias por 2 dias
Tamanho máximo do grupo sugerido	20 pax
Dias de operação sugeridos	Sábados/domingos/feriados

Inclusões sugeridas	Lanche de campo Guia especializado equipado com primeiros socorros e rádio Peça de Artesanato Camisa e boné do passeio
Dados adicionais	O acesso a Ilhas só através de locação de embarcação
Nível de dificuldade	Médio

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para que esse roteiro possa ser aperfeiçoado e implantado, propõe-se a realização de um *workshop* de agenciamento, roteirização e operação local para pessoas indicadas pelas prefeituras, entre residentes da comunidade e empreendedores locais no sentido de preparar e estimular a realização de operações de receptivo local, especializadas em Turismo Cultural. Propõe-se uma operação-teste, em que os participantes poderão avaliar alguns aspectos do roteiro, entre os quais acessibilidade, infraestrutura turística e equipamentos e serviços, por meio do uso de formulário de avaliação entregue ao final da operação.

Após a atividade, propõe-se a realização de avaliação de impactos, em que deverão ser calculados o nível de gastos dos visitantes e a análise de sua percepção sobre o roteiro, permitindo correções e consolidação dos roteiros para o segmento de turismo cultural. Também poderão ser publicados guias de roteiro e desenvolvidos aplicativos para dispositivos móveis que promovam orientações, indicações de atrativos, serviços e equipamentos. Os roteiros podem ter identidade visual específica, presentes em sinalização turística e em materiais distribuídos junto a empresários, agências e associação de guias de turismo do estado.

Sugere-se que sejam firmadas as parcerias com as prefeituras/secretarias de turismo para a criação de um núcleo de implementação do turismo cultural, de base comunitária, tendo em vista a geração de oportunidade direta para pessoas

da comunidade, estimulando novas iniciativas locais. Essa condição pode ser fundamental para a consolidação dos roteiros, formação e inserção da rede de equipamentos e serviços; elaboração, confecção e distribuição de material específico para os roteiros de turismo cultural e designação de representantes comerciais para participação em feiras e eventos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou desvelar a relação entre turismo e cultura por meio da análise do potencial turístico de uma região diferenciada, na qual se observa o cenário de várzea amazônica. Nesse *locus*, buscou-se nos resultados apresentados destacar a proposta de roteirização turística elaborada a partir da avaliação de elementos denominados de patrimônio cultural, cujo valor pode ser incorporado ao uso turístico.

Nesta análise, identificaram-se bens culturais que extrapolam a noção puramente arquitetônica e alcançam dimensões importantes do simbolismo e da relação do homem amazônico com a natureza. Para isso, foram discutidos os conceitos inerentes a esse objetivo, tentando observar tanto a perspectiva das políticas públicas como o interesse local. Por outro lado, o desafio desse estudo foi obter um resultado que ultrapassa a visão comum de que patrimônio extrapola o aspecto material, de cunho arquitetônico ou artístico.

Tendo em vista a necessidade de interdependência dos atores na gestão do turismo, este trabalho considera que o desenvolvimento turístico pode ser alcançado com a participação empreendedora e organizada de comunidades na prestação de serviços, bem como a ocorrência de visitação ordenada. Mediante o cenário de antagonismos sociais presentes na região amazônica, o turismo pode ser identificado com um meio alternativo para proporcionar dinamização econômica.

Outra consideração importante deste estudo é que o turismo pode realmente ser uma ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável, inclusão social, redução da pobreza local e distribuição de riquezas. Nesse aspecto, Merico (1996) enfatiza a necessidade de reconhecer uma ampla conceituação de riqueza, que não se limite à noção exclusiva de dinheiro, destacando a importância das

pessoas na produção de seus conhecimentos, habilidades, bem-estar; assim como das estruturas, das normas, das culturas, das organizações e das instituições que tornam possível que as pessoas sejam conjuntamente produtivas.

A articulação interinstitucional pode ser um caminho eficiente para combater os problemas estruturais que impedem não somente o incremento do turismo; sobretudo, a oferta de melhores condições de vida aos seus residentes. Nessa condição, cabe ressaltar que o fenômeno turístico se desenvolve em várias facetas ou segmentos caracterizados por perfil de visitantes e programas de visitas igualmente peculiares. Portanto, deve-se questionar que tipo de turismo se quer desenvolver.

Observado o antagonismo dos atores presentes na região amazônica, a inserção do turismo na grade de dinamização econômica local depende da capacidade de articulação de grupos organizados, poder público e empresariado local. Isso é um fator indispensável para busca de soluções nas questões relacionadas aos serviços básicos de saúde, segurança e abastecimento de água. Pois as iniciativas já existentes podem ser aproveitadas e ampliadas. Nesse aspecto, o estímulo às atividades turísticas deve ser norteado por meio do compartilhamento de técnicas e informações com as comunidades residentes, baseada no respeito às diferenças.

O governo pode sustentar ou transformar redes sociais e econômicas, auxiliando sua criação, seu desenvolvimento ou manutenção por meio de uma série de comportamentos cooperativos (HALL, 2004). Ressalta-se que a inclusão das comunidades no processo de desenvolvimento turístico, incluindo-se a participação direta na dinâmica de mercado, deve ser adequada às características peculiares da região amazônica. Para isso é importante que a roteirização dos atrativos locais seja adotada como principal estratégia de planejamento e promoção de bens e serviços no segmento de turismo cultural. Essa técnica permitirá identificar a viabilidade e os impactos pormenorizados no território municipal.

Isso poderá ser uma resposta ao tradicional modelo de turismo de massas, que pressupõe intensa sazonalidade, pois se caracteriza por uma "*standartização*" de serviços e se opõe a especificidades de consumo. Por outro lado, se o interesse

em questão é a busca por qualificação da atividade turística, é indispensável que seja trabalhado de forma planejada tanto no aspecto das políticas públicas quanto pelas iniciativas empreendedoras do setor privado. No caso deste estudo, acreditou-se ser mais coerente aprofundar o debate sobre um tipo de turismo que agrega valor ao patrimônio cultural.

Em suma, a promoção de benefícios às comunidades requer a aceitação da realidade imposta pelo sistema capitalista, o reconhecimento da exclusão, cujo principal possibilidade é minimizá-la, conforme sua própria dinâmica. Negá-la ou abster-se significa aceitar a exclusão. Logo, a melhor maneira de contornar esse efeito é estimular a geração e a distribuição de renda, combatendo as concentrações de benefícios locais e fortalecendo os mecanismos decisórios e a produção conjunta.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niteroi: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BALANZÁ, Izabel M.; NADAL, Mônica C. **Marketing e comercialização de produtos Turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BARRETO, Margarita. N. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília: 2008. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/legislacao_geral/11771_lei.html/ >. Acesso em: 11 mar. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e

Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 - Roteirização Turística. Brasília: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização, 2007.

BRASIL. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 1. ed. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação, 2006.

CANTO, Otavio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém; MPEG, 2007 (coleção Eduardo Galvão).

CARVALHO, Luiz Carlos Pereira de; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Introdução à economia do turismo. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERRONATO, Melânia. Z. **Comparação de duas metodologias de hierarquização e avaliação de atrativos turísticos urbanos no município de Irati-Pr, a saber: a da SETU (Secretaria do Estado de Turismo do Paraná); e a da CICATUR (Centro Interamericano de Capacitação Turística)**, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio histórico Cultural**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

HALL, C. Michael. **Planejamento Turístico**: Políticas, Processos e Relacionamentos. 2. ed. São Paulo: Contexto (coleção turismo), 2004.

KRIPPENDORF, Jost. **A sociologia do turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MERICO, Luiz Fernando K. **Introdução à Economia Ecológica**. Blumenau: Ed. FURB, 1996.

MORAES, S. C. . Uma arqueologia dos saberes da pesca. 1. ed. Belém: Editora da UFPA, 2007.